

Nos bastidores do MEC/USAID

Nos bastidores do MEC/USAID

Alvanir B. de Carvalho



Rio de Janeiro, 2010

Nos bastidores do MEC/USAID

Copyright © 2009, **Alvanir B. de Carvalho**

Todos os direitos são reservados, no Brasil por:

Alvanir B. de Carvalho

Alvanir B. de Carvalho

Rua Prudente de Moraes, 790/302 - Ipanema

22420-040 Rio de Janeiro – RJ

Tel.: 21 2522.3569 • alvanirbezerra@oi.com.br



Rua do Catete, 90 / 202 • Catete – Rio de Janeiro

Tel. 21 2236-0844 • www.podeditora.com.br

atendimento@podeditora.com.br

Diagramação, Impressão e Acabamento:

Control C – Impressos sob Demanda

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação, nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização do autor.

O AUTOR responsabiliza-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo contido na sua OBRA, bem como isenta a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente de violação de direitos autorais ou direitos de imagem contidos na OBRA que declara sob as penas da Lei ser de sua única e exclusiva autoria.

Este livro está registrado no Escritório de Direitos Autorais – EDA. Número do Registro: 480.654 - Livro 907 Folha 32, Fundação Biblioteca Nacional – Rio de Janeiro.

Todos os direitos da obra, reservados e protegidos pela Lei de Direitos Autorais 9.610/98.

Sumário

A guisa de Prefácio.....	7
Capítulo I.....	10
Email do Gabriel	11
Sentimentos recalçados.....	19
Primeiras anotações.....	25
A internet, essa maravilha	34
The best man.....	44
Email salvador.....	56
Mister Higgins.....	65
Desapontamentos do Professor.....	74
Alunos desinteressados.....	91
Intermediários do reconhecimento	97
Entrando para a nova equipe.....	102
Capítulo II.....	113
Os Consultores americanos	114
Termos do acordo	120
Relatório Gardner.....	128
Metodologia utilizada.....	132
Dificuldades de todo tipo.....	142
Reunião na DESU	158
Recorrendo aos rádio-amadores	170
Oposição e fanatismo	176
Festivais da Juventude	185
Rejeição aos Americanos.....	191
“NOIS”, da banda de cá	202
Protesto relâmpago	209
Alunos excedentes.....	214
Os dez anos da faculdade.....	221
Capítulo III.....	227
Troca dos dirigentes nacionais	228
Entrevista desastrada	233
Reação do MEC.....	248
Em cena os apaziguadores	255
Encontro secreto	260

O Capitão Macedo.....	270
Visita da prima Maria	274
O novo acordo	281
Asilo nos States	285
Recusando a oferta americana	291
O corredor polonês	296
You may go home, now!.....	302
Capítulo IV	306
Final da história.....	307
I - Resumo da ópera.....	312
II - Tudo muito lento.....	314
III - No reino da improvisação.....	322
IV - A elusiva equipe brasileira.....	324
V - Falhas da USAID/BRASIL.....	328
VI - Protestos estudantis	333
VII - Tempo de permanência no Brasil	334
VIII - David L. Wood.....	340
IX - Relatórios apresentados.....	342
X - Trabalhos produzidos.....	349
XI - Avaliação final do projeto.....	351

A guisa de Prefácio

Com prazer recebi o convite para apresentar o novo trabalho do meu colega de magistério e amigo de longa data, Alvanir Carvalho: “Nos Bastidores do MEC-USAID”.

Senti-me honrado por ter a oportunidade não só de apresentar, mas também de conhecer, através de sua leitura, como este assunto foi tratado pelo MEC, nos idos da década de 60, quando externamente o mundo vivia um período de guerra fria e, internamente, no Brasil, lutávamos tentando construir uma democracia.

A reforma do sistema educacional constituía um dos propósitos essenciais do Governo Revolucionário do Presidente Castelo Branco e, como tal, a expansão e modernização do sistema universitário era fundamental, visto que, desde algum tempo àquela década, discutia-se a possibilidade de sua ampliação sendo ela, a reforma propriamente dita, um dos pontos básicos do Governo de então.

Através do Ministro da Educação, Professor Suplicy de Lacerda, ele foi buscá-la num acordo com a USAID, implicando o referido acordo na atuação conjunta de duas equipes, sendo uma delas a ser constituída por cinco professores universitários brasileiros de alto nível que, malgrado quatro tentativas do MEC, aparentemente não se concretizou, e uma equipe norte-americana, com o mesmo quantitativo, da qual fazia parte nada menos do que um Reitor de Universidade Americana.

Do lado brasileiro, a coisa não funcionou a contento, pelo que os americanos solicitaram a sua colaboração, meu caro Alvanir, você entrando de corpo e alma num projeto que, graças à sua postura de arroubo, acabou se revelando desastroso, para você.

Este trabalho revela sua decepção e daí a denúncia efetuada de modo não epistolar, via entrevista concedida ao Jornal do Brasil, muito embora, dadas as circunstâncias políticas

do momento, fosse encaminhante de uma possível temporada de exílio não voluntário, em Fernando de Noronha, que por muito pouco não ocorreu.

O presente trabalho constitui um relato muito interessante de tudo o que se passou, durante a vigência do Acordo MEC/USAID, pois que revela a negatividade dos titulares do nosso Ministério da des-Educação, conforme você o batizou, que vem provar, resguardada a reforma Capanema, como a Educação era tratada em nosso país.

O seu livro revela a enorme distância que existe entre discutir um sério trabalho de perspectiva de ação, e sua real implantação.

Evidentemente que, contra os efeitos positivos que se esperava alcançar, pecou o longo período de demora desde a assinatura do Acordo inicial até a chegada da equipe norteamericana, ao nosso país, coincidindo esta com a saída do Ministro que assinou o acordo, substituído que foi por nada menos do que dois outros Ministros, que o sucederam, nenhum deles aparentemente compromissado com os resultados esperados.

A oposição à reforma em si mesma, aguçada pela presença dos representantes do assim denominado imperialismo americano, as passeatas realizadas pelos contrários ao acordo foram, sem dúvida, válidas. Todavia, porém, o mesmo não se aplica à omissão, ao pouco caso do MEC quanto ao trabalho da missão americana, que não recebeu de nossas autoridades o indispensável apoio e atenção prometidos.

Este aspecto é sensível pelo seu relato, chamando a atenção do leitor para o desconforto dos membros da missão estrangeira.

O resultado foi um retumbante fracasso.

Porém, nada ficou?

Que contribuições deixaram os americanos, afóra servir de elemento catalisador para que estudos mais sérios e de maior profundidade fossem posteriormente realizados?

Não seria isto, por si só, uma vitória remota, do Acordo visto que, até então, a reforma do ensino superior constituía

um tabu, sem jamais ter despertado o interesse dos nossos intelectuais, daí nada ter sido escrito sobre o assunto que fosse merecedor de algum destaque?

Relatos dos membros da equipe americana, já fora do Brasil, demonstram decepção com o nosso cenário educacional. Outro portanto não me parece ser o seu propósito neste novo livro.

Está você, meu caro amigo Alvanir, de parabéns por revelar-nos tantos pequenos detalhes, nas páginas escritas com a consciência do dever cumprido.

Ao colaborar com a missão americana você buscou colher frutos que certamente poderiam ter sido úteis para construir um cenário moderno para a educação universitária, em nosso país.

Parabéns pela tentativa.

Lauryston G. Pereira Guerra
Professor

Capítulo I

Email do Gabriel

O ano de 2005 se aproximava do final.

Numa manhã de Novembro, no apartamento onde residia, na rua Prudente de Moraes, Ipanema, um bairro famoso da cidade do Rio de Janeiro, encerrada a rotina do café da manhã, um cidadão de cabelos grisalhos dirigiu-se para o quarto que havia pertencido à sua filha, antes dela casar, agora transformado em seu escritório.

Acionando a chave que tornava operante o estabilizador responsável pela manutenção de uma corrente elétrica de mesma intensidade, que alimentava o computador, aguardou alguns instantes após o que também acionou o botão que ligava o aparelho. Feito isso, sentou-se numa cadeira de espaldar reto, enquanto aguardava que o sistema carregasse os programas usuais.

O forro do assento da cadeira contribuía para seu maior conforto. É que, com o passar dos anos, as carnes da região das nádegas estavam desaparecendo, os ossos da bacia comprimindo o que ainda restava de musculação, nas partes glúteas, que disso se ressentiam, enviando-lhe mensagens insistentes de que ficavam doloridas quando ele permanecia sentado, durante muito tempo, numa superfície mais dura.

Era ali, no seu cantinho preferido, onde passava horas e mais horas, gastando o tempo de aposentado, batucando no teclado do computador, escrevendo suas recordações da infância ou do tempo de juventude, que transformava em romances de cunho regional, ou então dando notícias, via Internet, trocando informações com os amigos mais distantes.

Foi assim que elaborou vários livros, a exemplo dos romances: ROSA DUZANJO, DONA SINHÁ, MOSSORÓ EM 35, REAGE RIO, assim como o livro-conto TV DO TRABALHADOR, um livro sobre modelismo naval, intitulado NAUTIMODELISMO: Informações Técnico-Práticas, uma peça de tea-

tro infanto-juvenil (RITA FERRO) e um livro básico sobre genealogia, que ele intitulou de A ÁRVORE DA VIDA.

O livro sobre modelismo naval constituía sua contribuição ao “hobby” que passou a curtir, nos últimos trinta anos. Por sua vez, o livro A ÁRVORE DA VIDA resultou das anotações que fez, numa decorrência do longo processo de montagem da árvore genealógica de sua família, quando descobriu ser descendente de uma índia mestiça, Rosa, que raptou um jovem português, dez anos mais novo do que ela, forçando um casamento.

— **TRINTA ANOS!** ... Repetiu a frase em voz alta, ficando com ar de espanto, ao prestar atenção ao som e ao significado de suas próprias palavras. Afinal, de uns tempos para cá, desde que passou dos sessenta, as referências ao passado vêm se fazendo acompanhar de complementos temporais do tipo “há trinta anos que praticava o nautimodelismo”, ou “há quarenta anos, quando trabalhava na SUDENE”, ou “há cinquenta anos”, quando fazia o curso de pilotagem, no Aeroclube de Campina Grande, na Paraíba, e por aí vai, aditivos muito frequentes nas conversas com pessoas mais velhas e, por isso mesmo, um tanto quanto chatas, para quem as ouvia em mais de uma ocasião.

Almir De Souza, paraibano, 72 anos de idade, mais de cinquenta dos quais residindo no Rio de Janeiro, atingira aquele estágio da vida pelo qual passam todos os imigrantes, pelo mundo afora, consistindo este da perda relativa da identidade de origem, não compensada pela integração, apenas parcial, ao novo meio onde passou a viver. Paraibano cabeça dura, não conseguira absorver, cem por cento, a maneira alegre e descontraída, do povo carioca, pelo que nem se tornou um carioca, com os chiados típicos de seu linguajar, nem tampouco deixou de ser paraibano, mantendo todos os hábitos e defeitos de origem, que sua esposa carioca atribuía, pejorativamente, a ele e a todos os seus conterrâneos.

Passados tantos anos continuava, teimosamente, a analisar as coisas do Rio de Janeiro com o olhar crítico de um paraibano de Campina Grande. Não obstante, ao visitar a terra natal – coisa que vem fazendo com um espaçamento de tempo cada vez maior

– já não mais se sentia como sendo um dali, tal fato produzindo uma sensação psicologicamente desconfortável de pessoa deslocada, de não pertencer a lugar nenhum.

Não havia dúvidas quanto ao fato de que ele dava preferência a morar no Rio de Janeiro e, de todos os recantos da Cidade, escolhera Ipanema, para viver.

Escolher Ipanema era uma maneira simplificada de dizer visto que a escolha não foi propriamente sua, mas sim de sua mulher que, após quase dois anos de pesquisa, localizou o apartamento que compraram, onde o casal passou a residir, pelo que disso ela fazia questão de se gabar.

Não que ele fosse um frequentador assíduo da praia, ou que apreciasse tomar banhos de mar, muito menos ficar “quarando na areia”, pegando sol, horas seguidas, como o faziam algumas pessoas que conhecia. Nos tempos idos, de sua mocidade, costumava nadar além da arrebentação, as ondas passando sob o seu corpo como simples ondulações que não perturbavam o ritmo de suas fortes braçadas.

Hoje, a musculatura cansada, a energia da juventude esvaída, seus braços pesavam tanto que sentiria dificuldades para atravessar uma piscina comum. Não obstante, a areia da praia e o calçadão estavam logo ali, à sua disposição, cerca de trezentos passos, se tanto, do edifício onde residia, para serem aproveitados quando tivesse vontade de dar uma caminhada, ou quando assim fosse solicitado por algum dos netinhos: o Pedro, com oito anos, a Camille, com sete, e o Bernardo, com cinco anos de idade, mas que, segundo ele próprio o afirmava, convicto do seu valor pessoal, parece ser um menino de seis anos, algo muito importante em sua auto-avaliação individual.

Nesse meio tempo a tela do monitor parou de piscar, um indício de que o sistema havia carregado a máquina, e que a mesma se encontrava pronta para operar. Era um computador antigo, de quase dez anos de uso, dotado de pouca memória RAM, daí a relativa lentidão de funcionamento. Todavia, o que se haveria de

fazer? A grana andava curta e as necessidades do dia a dia absorviam toda a pensão da aposentadoria, pelo que não sobrava nada para aplicar na aquisição de um modelo de computador mais par-rudo.

Dando um “click” no “mouse”, acionou o ícone da Internet, estabelecendo contato com o mundo lá fora.

Uma coisa maravilhosa, essa tal de Internet, pensou ele que, nos últimos tempos costumava dizer que a civilização humana se caracterizava por três avanços distintos: o da invenção da escrita, o da aplicação prática dos tipos móveis, por Gutenberg, dando ensejo à popularização de livros impressos, e a divulgação dos conhecimentos universais, via Internet.

O jornal, o rádio, o cinema e a televisão tinham lá seus méritos. Porém nada se comparava ao advento da Internet. Afirmava, com toda convicção.

Aberta a caixa de email, foram entrando as mensagens acumuladas no provedor, durante a noite. Uma, duas, três, ... cinco. As duas primeiras eram mensagens do tipo “*spam*”, anunciando a venda de Viagra e de outros produtos medicinais, deletadas, sem mais delongas.

O terceiro email informava que alguém não identificado no corpo da mensagem, lhe enviava um cartão eletrônico pelo que o usuário deveria clicar numa área específica da mensagem de modo a poder ler os dizeres do cartão e tomar conhecimento do seu conteúdo. O referido email também foi deletado. Afinal, não faltavam avisos de alerta contra a possibilidade daquele tipo de mensagem conter a presença de algum vírus perigoso para o sistema operacional do seu computador, enviado por algum debilóide desocupado.

A quarta mensagem foi enviada por um amigo de infância, da longínqua Paraíba, que se manifestava para informar o falecimento de mais um dos ex-colegas da época do Curso Ginásial.

— Não é mais assim que se diz. Corrigiu-o a esposa, ao ouvi-lo relatar o fato inditoso. O título agora é Curso Secundário.

— Se mudaram de nome, eu não tenho nada a ver com isso. Respondeu, mau humorado. ... No meu tempo era Curso Ginásial pelo que, até morrer, é assim que vou chamá-lo.

Entristecido pela notícia do falecimento do ex-colega, releu a mensagem sem deixar de pensar que, com o passar dos anos, o corpo vai perdendo o prazo de validade de funcionamento, os órgãos começam a falhar e a morte segue seu curso natural, ceifando vidas aqui e ali. Aos poucos, sua turma de Ginásio, assim como alguns dos colegas de Faculdade, iam passando desta para melhor. — Ou seria “desta para pior”?

Pensou ele, sem se definir por uma das opções disponíveis, visto que nenhum dos que haviam partido voltou para descrever as belezas do lado de lá.

A quinta mensagem foi enviada por Gabriel Domingos, residente na rua Visconde de Pirajá, não muito distante dali. Seu cabeçalho dizia, simplesmente, “Almir, veja isso aí!”.

Abrindo o corpo da mensagem, ele leu:

“Você não disse que trabalhou com a equipe americana que participou do estudo da reforma universitária, em 1967? Quem sabe, o seu nome deve aparecer no documento “RELATÓRIO DA EQUIPE DE ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL (Acordo MEC/USAID).
Confira!”

— **Pronto!** Exclamou, dando um muxoxo de insatisfação. — Só faltava essa, para iniciar o meu dia!

A simples menção da palavra MEC provocou uma série de reações negativas. De fato, havia integrado, por um breve período de tempo, é verdade, a equipe norte-americana encarregada de promover estudos destinados a uma possível reformulação do sistema universitário brasileiro, na década dos anos sessenta, do

século passado, sistema esse de há muito tido e havido como arcaico e impeditivo do desenvolvimento nacional.

Os trabalhos a que o relatório se referia foram realizados nos anos de 1967 e 1968, graças à existência de um convênio de cooperação bilateral firmado em Junho de 1965, entre o Governo do Brasil, através do Ministério da Educação e Cultura, e o Governo dos Estados Unidos da América do Norte, através da United States Aid for International Development – USAID.

Tratava-se de assunto muito antigo e parcialmente esquecido. Porém, tendo em vista que sua atuação naquele trabalho teve efeitos pessoais desastrosos, pelo menos para ele mesmo, sua curiosidade despertada pelo email de Gabriel, anotou aquele título, porém não tendo decidido se tentaria, ou não, localizar e ler o conteúdo daquele documento.

Aquela informação remoendo em sua cachola, pouco a pouco a notícia sobre a existência do relatório da equipe de assessoramento foi se acomodando em seus pensamentos.

— Que equipe seria aquela, sobre a qual ele nunca ouvira falar? Quando foi criada? Quem seriam seus integrantes?

Decorrido mais algum tempo, a poeira assentando em sua cabeça, novos questionamentos se formaram. — Qual o conteúdo do relatório mencionado por Gabriel? Será que seu nome constaria da relação do pessoal brasileiro que colaborou naquela atividade?

Cedendo à curiosidade, ele se auto-dirigiu mais uma pergunta — Caso viesse a se interessar pelo assunto, onde procurar pelo relatório citado?

Pelo telefone, trocou idéias com o amigo Gabriel, autor da mensagem, traçando um plano de ação em face do que deveria procurar tentar localizar e ler o relatório do MEC nos arquivos da Biblioteca Nacional. Como fontes secundárias de pesquisa, também pensaram na biblioteca da Fundação Getúlio Vargas e na biblioteca da PUC/Rio, na Gávea. Como última opção, foi anotado o nome do próprio Ministério da Educação, com a ressalva

deste ter sido transferido para Brasília, em face do que o acesso aos documentos arquivados naquele Ministério seria bem mais difícil.

Uma vez que Copacabana ficava mais próxima de Ipanema, do que o centro da cidade, onde se situa a Biblioteca Nacional, o primeiro lugar que visitou foi a biblioteca do Instituto Brasil-Estados Unidos – IBEU, situado na Avenida Nossa Senhora de Copacabana, local muito aprazível, atendido por pessoas gentis, que ele costuma frequentar, a fim de ler revistas norte-americanas, assim como fazer pesquisas sobre assuntos diversos.

Lamentavelmente, por se tratar de um assunto muito específico, fora da área de interesse do grande público frequentador do IBEU, nada foi encontrado que abordasse aquele tema.

Na Biblioteca Nacional a busca foi mais proveitosa, tendo sido localizados tanto o relatório citado quanto vários outros documentos, inclusive um livro e duas teses alusivas ao acordo com a USAID.

Sem que o esperasse, visto não ter programado tal coisa, passou ali dias e dias seguidos, numa quase obsessão, lendo, pesquisando, tomando notas, comparando informações.

O único incômodo enfrentado na Biblioteca Nacional resultou de uma crítica que lhe fez uma funcionária daquela biblioteca, uma burocrata de estilo antigo, provavelmente contando tempo para uma merecida aposentadoria, que o admoestou por ter girado, para seu conforto pessoal, uma das mesas do final do corredor para nela apoiar uma publicação mimeografada, em tamanho Ofício, que estava consultando, enquanto fazia anotações em folhas de papel dispostas sobre a mesa à sua frente.

Mais preocupada com a aparente quebra de estética do ambiente e não com o bem estar daquele leitor abusado, a mulherzinha em pauta, gorda e baixinha, insistiu no sentido de que a segunda mesa fosse recolocada em sua posição normal, sob a alegação idiótica e totalmente descabida de que algum outro leitor poderia desejar ocupá-la. Debalde apontou para meia-centena de outras mesas, inteiramente vazias que, naquele exato momento, poderiam ser ocupadas por quem assim o desejasse.

Diante da obstinada resistência da funcionária burocrata, uma velhota ranzinza, que não lhe reconheceu o direito de melhor acomodar o pesado livro-tese, então sendo consultado, o jeito foi recolocar a mesa atrás dele na posição correta. Venceu a ignorância somente comparável com a proibição de um guarda do Museu da Cidade, na Gávea que, certa vez, chamou a atenção de uma mocinha que ajeitava os cabelos, mirando-se num dos inúmeros espelhos instalados no “hall de entrada” daquele Museu.

Ao seu modo de ver, tanto a velhota da Biblioteca Nacional quanto o guarda do Museu da Cidade adotavam, cada um ao seu modo, a míope filosofia de que a existência daquelas instituições constituíam um fim, em si mesmos, e não o de prestar um serviço à comunidade que, em último caso, era quem pagava os impostos que as mantinham.

Sentimentos recalçados

O email enviado por Gabriel despertou sentimentos negativos sobre um evento do passado, mas que ainda hoje o aborrecia quando aflorava em sua imaginação. Certamente que aquele não constituía assunto do seu total agrado, ele o empurrando para um cantinho minxuruca, da memória, de onde fora inesperadamente resgatado pelo email em pauta.

Ele afirmava ter colaborado com a missão norte-americana com vistas à reformulação do ensino superior, no Brasil. Todavia, não possuía qualquer documento que comprovasse sua alegada participação.

A afirmação nesse sentido, prestada no decorrer de uma entrevista concedida ao Jornal do Brasil, foi contestada pelo MEC, num momento em que ele, dada a celeuma política que suas palavras haviam produzido, não podia reagir.

Afora os membros da equipe norte-americana, sua esposa era a única pessoa que, no Brasil, poderia corroborar aquele fato.

Por essa e por outras, ele achava que seria válido tentar descobrir quais os motivos que o levavam a sentir-se tão abalado por um tema que, de tão antigo, é hoje praticamente desconhecido da maioria das pessoas, assunto esse que se encontrava propositalmente abandonado num recôndito escuro, de sua mente.

Pensando melhor, chegou à conclusão de que o adjetivo abandonado não era uma qualificação apropriada. Reprimido parecia ser o termo mais adequado visto que, forçado pelas circunstâncias, viu-se obrigado a se manter em silêncio enquanto assistia, sem nada poder fazer, o pessoal do antigo Ministério da Educação e Cultura – MEC, negar que ele tivesse feito parte integrante da equipe do grupo de trabalho, desmentindo, por conseguinte, o que ele afirmara na entrevista ao Jornal do Brasil, quando a verdade era bem outra.

Seu falecido pai costumava dizer que “o tempo constitui uma excelente mezinha para sarar as feridas da alma”. Quase quarenta

anos tinham se passado desde aqueles dias tormentosos e de muita atribulação, vividos em plena efervescência da Revolução de Março de 64, tanto para ele quanto para sua jovem esposa, aflita diante das vicissitudes pelas quais estava passando o marido, que inclusive corria o risco de ser preso e deportado para a ilha de Fernando de Noronha por ter dado uma entrevista ao Jornal do Brasil, na qual afirmou que o novo Ministro da Educação era um mentiroso, numa época em que o país vivia debaixo de uma ditadura militar.

Em sua mente perdurara, até então, um rancor muito forte contra o MEC, pensamento esse que também fora mantido imutável, no seu coração.

A mensagem eletrônica de Gabriel fez despertar um forte desejo de tentar descobrir o que se havia passado.

Ex-bolsista do Ponto IV, do Governo Americano, falando e escrevendo em inglês, com certa fluência, tão logo foi apresentado por um amigo comum ao Dr. Klotsche, que no Brasil exercia o cargo de líder do grupo de professores universitários norte-americanos que aqui se encontrava empenhado na realização de um estudo destinado a promover a reforma do ensino superior, em nosso país, ele foi convidado para colaborar com os elementos da referida equipe.

Desesperado em face da crítica situação na qual o MEC os havia deixado, sem o apoio de funcionários bilíngues, previstos no Acordo, quando a língua falada pelos americanos era o Inglês, um exemplar do currículo do Professor De Souza debaixo do braço, o Dr. Klotsche obteve a autorização verbal, de alguém do MEC, para que desse início imediato à sua colaboração, sob a promessa de que a contratação formal, quando realizada, teria efeito retroativo, pelo que o novo colaborador não deixaria de receber o pagamento daqueles dias iniciais, de trabalho informal.

Todavia, a inércia da emperrada máquina administrativa do MEC era grande, pelo que quase dois meses se passaram sem que a contratação do Professor De Souza se concretizasse.

Convém não esquecer que, por uma dessas coincidências da vida, que às vezes atua negativamente, contra uma determinada pessoa, que os físicos denominam de “fatores aleatórios”, por aqueles dias aguardava-se a mudança nos altos escalões do Governo Federal, saindo o Presidente Castello Branco, substituído que foi pelo General Costa e Silva, seguindo-se a troca de Ministros.

Em momentos assim, é costumeiro ocorrer uma quase paralisação da máquina administrativa federal, a turma que sai deixando para a turma que entra a solução dos problemas pendentes, a turma que sai parando de atuar meses antes da posse da futura equipe.

Deve ter sido isso o que provavelmente aconteceu quanto à esperada contratação do Professor De Souza, que foi deixada no limbo, à espera do novo governo.

Nesse meio tempo, a estudantada incrementou seus protestos contra a presença dos americanos, nos estudos da reforma universitária. Por sua vez, agindo precipitadamente, o gaúcho Tarso Dutra, novo Ministro da Educação, mandou fechar o escritório ocupado pela equipe americana, Almir ficando no limbo, não recebendo sequer um “muito obrigado”.

Seguiu-se a entrevista ao Jornal do Brasil, denegrindo a imagem do novo Ministro e o desmentido do MEC, que tratou de alegar que o Professor de Souza não fazia parte do quadro de funcionários daquele Ministério.

A declaração de um alto funcionário do MEC de que o Professor De Souza **não fazia parte** da equipe brasileira era tecnicamente correta, muito embora não passasse de uma conveniente mentira. Aquele funcionário adotou uma postura legal, porém imoral, mas que nem por isso os jornalistas brasileiros que cobriam aquele evento se preocuparam em tirar a coisa a limpo, incluindo-se aí a direção do Jornal do Brasil, cujo repórter encontrou, fotografou e o entrevistou ele sentado na mesa de trabalho que ocupava no escritório utilizado pela equipe norte-americana.

— Como explicar um fato tão estranho, de alguém que, muito embora não fosse um funcionário regular do MEC, todavia

foi encontrado ocupando uma mesa de trabalho no mesmo escritório frequentado pela equipe americana?

Ou seja, por um lado, o pessoal do MEC pecou, escamoteando a verdade, enquanto que, por sua vez, a imprensa brasileira falhou em sua missão de buscar a verdade, aceitando, sem questionar, as informações do MEC.

Recostando-se no espaldar da cadeira do escritório, Almir foi lembrando, lentamente, os fatos e circunstâncias que tanto o haviam marcado.

Era a época da ditadura militar, decorrente da Revolução de Março de 1964, que depôs o Presidente João Goulart, um governante inepto que se deixou envolver pelas bajulações dos sindicalistas de esquerda.

Ele havia apoiado, intimamente, a revolução dos militares, pelo que se sentiu traído quando se viu enquadrado pela justiça do novo regime, pelo simples fato de ter declarado que o Ministro não falava a verdade, uma afirmação cem por cento verdadeira.

O assunto que tanto o afetava estava relacionado com a pretendida reforma universitária, no âmbito do assim denominado Acordo MEC/USAID.

Porém, o que era esse acordo? Qual sua importância? Qual o seu significado?

O acordo para o estudo da reforma das universidades brasileiras foi fruto da política reformista, adotada pelo Governo Castello Branco, e dizia respeito a uma tentativa do Professor Flávio Suplicy de Lacerda, então Ministro da Educação e Cultura, em equacionar a problemática do ensino universitário com vistas a uma possível reformulação e modernização das universidades federais – coisa nunca antes tentada – cujo número, eficiência e capacidade de absorção de alunos o Governo do Presidente Castello Branco pretendia aumentar, tal qual de fato ocorreu, nos anos que se seguiram.

Aproveitando-se da disposição do Governo Norte-Americano, que demonstrava interesse em colaborar com o governo revolucionário, o Ministro Suplicy de Lacerda firmou, em Junho de 1965, um convênio com a USAID no sentido de trazer técnicos norte-americanos para ajudar, como consultores, nos levantamentos, análise e diagnóstico da situação do sistema universitário brasileiro, da época.

Vale aduzir que o estudo em pauta seria realizado sob a responsabilidade de uma equipe de técnicos brasileiros, de alto nível, equipe essa que, infelizmente, devido às limitações estatutárias do serviço público, nunca se materializou, não passando de uma encenação “para inglês ver”, igual a tantas outras, no âmbito dos governos da República.

Desde início dos anos cinquenta todo mundo clamava pela necessidade de uma reforma universitária, no país. Todavia, motivado por questões políticas, tendo por objetivo desmerecer tudo o quanto os militares da Revolução de Março de 1964 tentavam fazer, sobretudo depois que o Ministro Suplicy mandou fechar a UNE, assim como as UEEs estaduais, grupos simpatizantes da esquerda se aproveitaram do fato de que os estudos ligados à reforma universitária envolvia a presença de consultores norte-americanos, os sentimentos nacionalistas convenientemente insuflados deram margem a protestos, às vezes violentos, contra a presença dos “americanos imperialistas”, então acusados de querer nos impor um sistema universitário estrangeiro, alegação essa que nem de longe correspondia à verdade dos fatos, mas que nem por isso deixou de servir de bandeira para as acirradas manifestações da esquerda.

Porém, quando o calor da paixão sufoca a razão e, ao grito de pega, a turba ao redor grita “mata”, “esfola”, não havia como estabelecer um dialogo entre os defensores do Acordo e seus detratores, mais ainda se considerarmos o fato de que o MEC, “o verdadeiro dono da bola”, não havia feito o seu dever de casa, isto é, não conseguiu organizar uma EQUIPE BRASILEIRA para mostrar aos críticos do acordo, daí a opção adotada por seus dirigentes de tentar escamotear os fatos, se mantendo calados.

O mutismo do MEC foi interpretado pelos opositores da reforma como prova cabal de que “havia mutreta” por trás do acordo com a USAID, uma tal situação contribuindo para aumentar a desconfiança geral em torno dos reais propósitos daquela atividade que, no frigid dos ovos, não era secreto coisa nenhuma.

Após considerar todos os fatores envolvidos, vencida a inércia, rompida a barreira mental de rejeição àquele assunto, Almir decidiu rever a matéria que antes rejeitava.

Na Biblioteca Nacional, requisitou e leu o relatório que recebeu o pomposo título de “RELATÓRIO DA EQUIPE DE ASSESSORIA AO PLANEJAMENTO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL – EAPES (Acordo MEC/USAID)”.

Ler é uma maneira simplificada de dizê-lo visto que o relatório em pauta, contendo mais de seiscentas páginas datilografadas, continha uma porção de informações sem nexos, confundindo seu entendimento, pelo que Almir viu-se obrigado a dedicar-lhe um longo período de tempo, folheando aquele documento uma dezena de vezes, procurando interpretar informações que não faziam sentido, exigindo uma avaliação cuidadosa do seu conteúdo.

Só muito tempo depois, inclusive tomando por base informações colhidas noutras fontes, foi que percebeu que “o livro-relatório”, publicado pelo MEC, consistia do enxerto proposital de informações não contidas no relatório original, elaborado pelo Professor Rubem D’Almada Horta Porto, em nome da equipe brasileira, uma equipe que, curiosamente, só existiu no papel.

Ou seja, o “livro-relatório” publicado pelo MEC, quase um ano depois do término dos trabalhos não passava, disso ele estava convicto, de uma montagem destinada a disfarçar, de esconder, os pífios resultados alcançados pela equipe brasileira, se é que se pode dizer que houve uma equipe brasileira visto que seu único membro integrante foi, de fato, o Professor Rubem Porto.

Primeiras anotações

Fazia anos que ele não aparecia pela Biblioteca Nacional, que costumava frequentar, com maior frequência, em anos passados. Por isso, estranhou várias modificações.

Logo na entrada, uma surpresa: não poderia entrar levando canetas de tinta, esferográficas ou de outros tipos. Também não poderia entrar levando papel contendo qualquer coisa impressa ou datilografada. Na papelaria existente num dos cantos do saguão, adquiriu dois lápis e uma dezena de folhas de papel em branco.

Em seguida, foi até o balcão de registro de visitantes, onde teve que exibir sua carteira de identidade, para só então receber um crachá numerado, dotado de tarja magnética, a ser utilizado para liberar a roleta de acesso ao grande salão de leitura.

Lá dentro, também havia modificações. Afora a centena de mesas individuais, que tantas vezes utilizou, o salão de leitura agora contava com vários aparelhos de ar-condicionado, que neutralizavam o forte calor da cidade.

À direita da porta de entrada encontrou uma vintena de terminais de computador destinados a auxiliar os leitores na localização rápida do acervo da biblioteca, um avanço substancial em relação aos antigos fichários de manuseio individual que, por via das dúvidas, também ainda estavam por ali.

O único inconveniente era que os usuários daquela moderna parafernália eletrônica teriam que trabalhar de pé, certamente que um incômodo desagradável, sobretudo para a realização de pesquisas com mais de uma entrada.

Um funcionário da biblioteca, que passava pelo local, explicou-lhe o funcionamento do novo sistema. Almir digitou a frase MEC/USAID. Passados alguns segundos, a tela revelou uma extensa lista contendo vinte e três registros independentes, incluindo-se aí o Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior – EAPES

Não esperava encontrar tanta coisa.

Refeito da surpresa, anotou os títulos e numeração de chamada, de cada uma daquelas referências, após o que dirigiu-se para o balcão de atendimento aos leitores, entregando-lhes as primeiras cinco fichas da lista. As outras ficariam para consultas posteriores.

O tempo passou.

Certo dia, toca a campainha do telefone. ... Do outro lado da linha o amigo Gabriel indagou, fazendo cobranças — E então? Você não deu mais notícias. Acabou sua pesquisa?

Sem demonstrar entusiasmo, respondeu — Acabei nada, homem. Ainda tem coisa pra chuchu!

— É só isso o que você tem pra me dizer? Questionou Gabriel, demonstrando insatisfação com aquela resposta.

— Só isso, como? O que mais você quer saber? Retrucou.

— Eu quero saber tudo! ... Ou você não tem nada de interessante, para contar?

Gabriel é um bom amigo. Porém, é uma dessas pessoas chatas, de espírito gongórico, que não aceitam meias-palavras. Para esse tipo de gente só tem valor a história no seu todo, tim, tim por tim, tim.

— É um assunto muito comprido. Encontrei uma batelada de novas informações que estou examinando. Não dá para comentar pelo telefone.

Como resposta, Gabriel comandou, peremptoriamente — Pois então marque uma hora, à sua escolha, que eu vou passar por aí, para batermos um papo.

Mentalmente, Almir avaliava a situação. Mais de quatro décadas tinham se passado desde quando as agitações estudantis, de protesto tomaram conta do cenário nacional, sobretudo no Rio de Janeiro, até então a base principal das operações do Governo Federal. Por isso achou que, longe dos fatos e das circunstâncias principais, além do que decorrido tanto tempo, ser-lhe-ia viável proceder a uma reavaliação menos passional, do assunto.

— Alô!?! ... Você ainda está aí?

Era o Gabriel, impaciente pela demora em obter uma resposta à sua sugestão de se encontrarem para bater um papo sobre aquele assunto tão interessante.

Despertando de seus devaneios, Almir respondeu — Está bem! ... Vou organizar a papelada que já reuni. Daqui a uma semana, se tanto, vou lhe telefonar para marcarmos um encontro, quando poderei falar sobre o que descobri.

— Combinado! Respondeu Gabriel, ao mesmo tempo em que desligava o telefone ao mesmo tempo em que desligava o telefone, demonstrando estar aborrecido.

O que nenhum dos dois imaginava era que o acúmulo de informações novas, que foram sendo coletadas ao longo dos meses que se seguiram, implicaria não em uma, mas sim numa série infindável de encontros daquele tipo, que lhes absorveria boa parte do tempo disponível, no decorrer dos próximos três anos.

De fato, segundo assim o entendeu, não obstante os elevados propósitos iniciais do Ministro Suplicy de Lacerda, que assinou o acordo com a USAID, em Junho de 1965, fatores adversos tais como a lentidão e possível má vontade e falta de apoio da parte dos seus colaboradores mais chegados, dentro do próprio MEC, somados à reação negativa de pessoas de mentalidade tradicionalista, do meio acadêmico, que se opunham a qualquer tipo de mudança no sistema educacional, mais a atuação agressiva de intelectuais de esquerda, que tudo fizeram para obstacularizar a execução do referido acordo, tudo isso contribuiu para atrapalhar o projeto da reforma universitária, sobretudo depois que as massas estudantis, sempre prontas para abraçar qualquer causa que despertasse seu entusiasmo, foram convenientemente insufladas contra a suposta interferência dos americanos em assuntos internos do país.

O ex-Ministro Suplicy de Lacerda tinha sido o principal responsável pelo fechamento da União Brasileira dos Estudantes. Ele também era acusado do crime de “lesa pátria” pelo expurgo de intelectuais da esquerda, do tipo de Jorge Amado, Paulo Freire, Darcy Ribeiro e muitos outros.

A rejeição ao Acordo tomou grande vulto mormente depois de ter sido revelada a presença de consultores norte-americanos, envolvidos com os estudos da reforma universitária, fato esse de que se aproveitaram os opositores a qualquer tipo de mudança, para acusá-los de aqui se encontrarem com a incumbência específica de nos impor a vontade imperialista dos Estados Unidos.

Alguns dos autores consultados afirmavam, em suas teses e publicações, como se aquilo fosse verdade, que o acordo nos havia sido imposto pelo Governo Norte-Americano, uma afirmação totalmente descabida e inverídica, porém não contestada por ninguém, daí ser aceita como se verdadeira fosse.

Afinal, Lênin dizia que “uma mentira dita mil vezes passa a ser considerada verdadeira”. Uma vez que ninguém do MEC contestava as acusações da esquerda, isto dava maior reforço àquelas assertivas pelo que, ainda hoje, são publicadas teses universitárias esposando um tal sentimento.

A derrubada do Presidente João Goulart, pelos militares, assoberbou as emoções do povo, pelo que praticamente ninguém escapava da obrigação de tomar partido, escolhendo um dos lados da contenda: os gorilas armados, que passaram a dominar o governo ou os pobres e indefesos simpatizantes do comunismo, defensores de uma democracia pura, de caráter popular, conforme apregoavam para os incautos, que desconheciam a atuação intolérante e intransigente, de mão de ferro, com que os comunistas exerciam o poder, nos países dominados por eles.

Poucos os brasileiros que, uma vez expostos ao assunto, mantinham a racionalidade necessária visto que imperava o ódio, gerador de um radicalismo irracional, contra os militares, uma reencenação da luta milenar, sustentada pelo pobre e indefeso David, representado pelos agitadores de esquerda, que no seu entender defendiam os interesses do povo brasileiro contra o gigante Golias, representado pelos militares golpistas.

Só que ninguém parecia se importar com o fato de que tão logo os pequenos Davids comunistas se apossavam do governo de algum país, seguia-se a imposição de um regime totalitário no qual,

agindo supostamente em nome do povo, os indivíduos classificados como “inimigos do novo regime” eram perseguidos e eliminados, um contra-senso aos preceitos democráticos que antes pareciam defender.

A turma que fazia oposição aos militares atacava o Acordo, diariamente, quer através da imprensa, quer por meio de ruidosas manifestações estudantis, enquanto que a outra parte, isto é, o MEC, nada fazia, em sua defesa, não movendo uma palha, salvo tentar negar, falsamente, a existência daquele acordo.

Fechados em seu mutismo arrogante, aparentando estarem mais preocupados em esconder sua incapacidade de organizar uma equipe brasileira para atuar como contra-partida da equipe de consultores estrangeiros, conforme constava de suas obrigações contratuais, previstas no acordo firmado com a USAID, os dirigentes do MEC optaram por se manter calados, não refutando as acusações de que eram alvo.

Pois é! Ele não se recordava de ter lido ou ouvido qualquer pronunciamento da parte do pessoal do MEC, em defesa do projeto da reforma universitária, ou que justificasse a presença dos técnicos norte-americanos. Muito pelo contrário, o gaúcho Tarso Dutra, novo Ministro da Educação, ainda se deu à pachorra de negar conhecê-lo, o que teve o mesmo efeito que jogar lenha na fogueira.

A incompreensível política de não-contestação, adotada pelo MEC, de nada dizer e de nada esclarecer, inclusive tentando negar o óbvio, serviu para atizar a desconfiança do pessoal da esquerda, que passou a imaginar situações estapafúrdias, das quais se aproveitaram para caracterizar o acordo como representando um exemplo concreto da ingerência norte-americana em assuntos internos, da exclusiva competência do nosso país.

Por sua vez, contratados pela USAID, que assim agiu em nome do MEC, os membros da equipe de consultores norte-americanos foram proibidos de abordar aquele assunto, publicamente, dando ensejo a que tudo o quanto pessoas mal informadas,

ou mal intencionadas escreviam ou diziam, contra o Acordo, pas-sasse a ter credibilidade.

O resultado?

Uma baita confusão que poderia muito bem ter sido evitada caso os dirigentes do MEC, na época, tivessem tido a coragem moral de revelar a sua incompetência assim como as limitações legais que engessavam as possíveis ações daquele Ministério, sem recorrer ao vergonhoso engodo da mentira.

Vivia-se a época da ditadura militar de 1964, um regime caracterizado por sua política anticomunista, gerando a cristalização de posições dos dois lados da questão, fosse qual fosse o assunto a ser tratado. Donos absolutos do poder, a arrogância dos militares não lhes permitia dialogar com as esquerdas, mesmo que para dar satisfações públicas das medidas adotadas, o que constituiu um erro de estratégia que, em alguns casos poderia ter contribuído para esvaziar o movimento estudantil, poupando inúmeras dores de cabeça, sobretudo nas cabeças quebradas de alguns estudantes mais afoitos, pelos cassetetes da repressão policial.

Além disso, a inexplicável demora na implantação do projeto da reforma universitária, desde o dia da assinatura do acordo, no longínquo Junho de 1965, até a chegada da equipe de consultores estrangeiros, em Fevereiro/Março de 1967, consumiu muito tempo até ser de fato posto em prática – nada menos do que vinte longos meses – o suficiente para que ocorresse uma troca de governantes, saindo o Presidente Castello Branco, substituído pelo General Costa e Silva, um gaúcho de Taquari que se fez acompanhar de novos colaboradores, dentre os quais um político também gaúcho, de nome Tarso Dutra, que passou a ocupar o cargo de Ministro da Educação.

Reagindo àquele comentário, Gabriel contestou seu amigo, dizendo — Um acordo internacional não sofre descontinuidade em decorrência da simples mudança de governantes, sobretudo se o novo Presidente também era um militar, igual ao que saiu.

— Disso eu sei, confirmou Almir, só que, se você levar em consideração o fato de que a toda descontinuidade administrativa corresponde uma descontinuidade de realizações, mormente na área do serviço público, então acertou.

— Mudanças de governo sempre consomem algum tempo até haver a acomodação gradativa dos novos dirigentes. Nesse ínterim, se aproveitando da morosidade natural da instalação do novo governo, grupos de esquerda tumultuaram a vida nacional, objetivando desestabilizar o poder dos militares.

Com esse objetivo em mente, protestar contra o MEC/USAID se encaixava nesse propósito, pelo que foi convenientemente explorado pela turma de oposição ao governo da revolução.

A leitura e interpretação cuidadosa das informações contidas nas publicações solicitadas no balcão de atendimento ao leitor, da Biblioteca Nacional, consumiram muitas semanas de dedicação, Almir indo e vindo até aquela biblioteca vezes sem conta, pelo que não percebeu a passagem do tempo.

Dada a forma como o assim denominado relatório da equipe brasileira foi montado, eivado de informações difusas, muitas delas sem qualquer ligação direta com o acordo, obrigou-o a ter que voltar ali, uma dezena de vezes, forçando-o a reler o relatório citado, em busca das informações contidas “nas entrelinhas”, que o ajudassem a compor um quadro geral da situação.

Só depois de inúmeras re-leituras, Almir percebeu que, por razões desconhecidas, o relatório da equipe brasileira continha informações esdrúxulas, difusas, pelo que se fazia necessário submetê-lo a uma avaliação crítica, de modo a separar o joio do trigo, evitando comer gato por lebre.

— Você desconfia de alguma coisa? Indagou Gabriel, quando percebeu que, vez ou outra, seu amigo voltava a se referir a novas visitas à Biblioteca Nacional.

— A minha cabeça tem limitações de raciocínio. Explicou-se. — O relatório da equipe brasileira é muito confuso. Da primei-

ra vez que o li, achei-o muito prolixo, e que continha muita informação desnecessária. Só isso. Além do mais, são poucas as pessoas que conseguem ler um documento de mais de seiscentas páginas sem se perder no caminho.

— Oooo quêêê ? ... Exclamou Gabriel. — O relatório da equipe brasileira tem mais de seiscentas páginas?

— Pois é! Respondeu ele. São seiscentas e quarenta e oito páginas. Imagine você que, trabalhando num regime de tempo parcial, seja lá o que isso possa significar em termos de horas dedicadas àquela atividade, o Professor Rubem Porto, de fato o único elemento integrante da “eu-quipe” brasileira, ainda teria tido tempo para se dedicar a tarefa de preparar um relatório tão extenso? Isso é algo que eu não acredito que tenha sido feito por ele.

— Eu calculo que o Professor Porto trabalhou menos de nove meses, no projeto da reforma universitária. Isto corresponderia, teoricamente, duzentos e setenta dias corridos. Não obstante, se descontarmos os finais de semana e dias feriados, sem esquecer de mencionar as paradas naturais dos festejos do Natal e do final de ano, sobrariam cerca de cento e noventa dias úteis.

Descontando-se os dias de trabalho perdidos em reuniões no MEC, digamos que cinco reuniões, se tanto, ao longo do período, mais os dias perdidos tentando organizar a terceira equipe brasileira, visto que os elementos da segunda equipe haviam pedido demissão tão logo seus nomes foram publicados no Diário Oficial da União, devem ter sobrado cerca de cento e oitenta dias para o Professor Porto trabalhar no projeto.

Aplicando-se esse raciocínio ao conjunto de dias trabalhados pelo Professor Porto em prol do projeto da reforma universitária, descontando-se trinta dias, por ele ocupados na elaboração do seu extenso relatório, admitindo-se que tudo isso tenha sido verdade, cabe dizer que o Professor Porto escreveu cerca de vinte páginas, por dia, daquele relatório, que eu reconheceria ser um fenômeno para qualquer um.

— Ainda mantendo esse raciocínio, disso resulta que sobrariam ao Professor Porto, trabalhando sozinho, apenas cento e

cincoenta dias de possibilidades de trabalho real, em regime de horário parcial, dedicados aos estudos da reforma universitária.

Conclusão, em apenas cento e cinquenta dias de atividade, trabalhando praticamente sozinho, em regime de dedicação parcial, quem sabe, duas horas nominais, por dia, não esqueça esse detalhe, o Professor Porto concluiu o trabalho da reforma universitária brasileira.

— Poxa, cara! Você não leva nada a sério? Questionou-o Gabriel, muito desapontado.

— Muito pelo contrário! Nesse ponto eu discordo de você, pois que levo tudo muito a sério. O que não me parece sério é esse livro-relatório que foi divulgado pelo MEC, procurando tapar o Sol com uma peneira.

— Está bem! Vamos em frente. Comandou Gabriel, com certa impaciência.

— À medida em que eu avançava nas minhas pesquisas, colhendo informações em fontes diferentes, percebia que não havia entendido, corretamente, essa ou aquela informação do relatório final, da equipe brasileira. Por isso, tornava a lê-lo, novamente, para tentar melhor compreender seu significado.

— Não foi fácil. Afirmou.

— O que você achou difícil? Perguntou Gabriel.

— É que o relatório brasileiro contém uma porção de informações inócuas destinadas, segundo eu o entendo, a contribuir para fazer volume, enganando os leitores, que passariam a acreditar tratar-se de alguma coisa séria e importante. Só depois de muitas leituras, você acaba percebendo que não é bem assim.
